SINDICOMIS
Sindicato dos Comissários de Despachos, Agentes de Carga e Logística do Estado de São Paulo

ACTC
Associação Nacional das Empresas Transitárias, Agentes de Carga Aérea, Comissárias de Despacho e Operadores Intermodais

Informa

Notícias e Atualidades sobre Comércio Exterior

OS DESAFIOS DO GOVERNO PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2017

Reforma Política, da Previdência e Tributária e 5 Medidas Provisórias com relatórios aprovados.

Reforma da Previdência - Aprovada no começo de maio em comissão especial, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, do Executivo, aumenta a idade exigida para aposentadoria, tanto no INSS quanto no setor público, para 62 anos de idade, se mulher, e 65 anos, se homem. De acordo com relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), estão previstas transições para os atuais segurados da Previdência, com o cumprimento de um pedágio para poder se aposentar e diminuição do valor da aposentadoria. Para ser aprovada, a matéria precisa do voto favorável de ao menos 308 deputados, em dois turnos de votação.

Reforma Política - Fundo para eleições

No caso da reforma política, composta por projetos de lei e propostas de emenda à Constituição (PEC), as mudanças na legislação precisam ser aprovadas, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, até outubro de 2017 para poderem ser aplicadas nas eleições de 2018. O prazo exigido pela Constituição é de um ano antes do pleito. O deputado Vicente Candido (PT-SP), relator do projeto de lei que altera as leis dos Partidos Políticos (9.096/95), das Eleições (9.504/97), o Código Eleitoral (4.737/65) e a minirreforma eleitoral de 2015 (13.165/15), apresentou uma nova versão do seu relatório à comissão especial relacionada ao tema, prevendo a criação de um fundo para financiar as campanhas eleitorais, o Fundo Especial de Financiamento da Democracia (FFD).

Fim do Vice

Na PEC 77/03, que traz as regras gerais sobre o fundo, Candido propõe o fim da reeleição para cargos do Poder Executivo e a extinção do cargo de vice. Pela proposta, fica estabelecido o sistema distrital misto como regra para as eleições proporcionais (cargos de deputados federais, estaduais, distritais e vereadores) a partir de 2022. Em 2020, o sistema será usado para escolha dos legisladores nas cidades onde haverá segundo turno, ou seja, aquelas com mais de 200 mil habitantes. Pelo sistema misto, metade dos eleitos virá da lista fechada; e a outra metade, do sistema distrital, que é majoritário (vence o candidato que levar o maior número de votos no distrito). “Essa será uma grande mudança cultural onde vamos valorizar partidos. Vamos perceber que partido é importante para a democracia”, disse Candido. O substitutivo institui ainda mandato de dez anos para os membros de tribunais escolhidos por indicação política. Assim, todos os ministros do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, deixariam de ter mandato vitalício, como é atualmente.

Reforma Tributária

O relator na comissão especial acredita que poderá fazer um relatório de consenso até setembro. Entre as sugestões está a extinção de sete tributos federais: IPI, IOF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins e salário-educação; além do ICMS, que é um imposto estadual, e do ISS, que é uma contribuição municipal.

Novos tributos

Pela proposta, serão criados outros três tributos: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o Imposto Seletivo e a Contribuição Social sobre Operações e Movimentações Financeiras. Esse último, uma espécie de CPMF que seria usado para permitir a redução das alíquotas da contribuição previdenciária paga pelas empresas e trabalhadores.

Fisco

A reforma tributária também pode prever a criação de um SuperFisco estadual responsável pelo IVA que vai ser cobrado sobre o consumo de qualquer produto e serviço, semelhante ao modelo europeu. Já a Receita Federal cobraria o Imposto Seletivo, que incidiria sobre produtos específicos, como combustíveis, energia, telecomunicações e transportes.

Segundo o relator da Comissão Especial Deputado Hauly, a reforma tributária prevê mudanças constitucionais, como nas leis, que definem as alíquotas dos tributos. Será necessário um amplo debate para que a votação em plenário ocorra de maneira rápida e tranquila. Hauly pretende apresentar emenda aglutinativa para que tudo siga direto ao plenário, incluindo projetos de lei complementar e de lei ordinária.

Presidente Temer e Congresso após dia 02/08/2017

O resultado de ontem abre perspectiva de retomada da agenda do governo com relação as reformas: previdência, tributária e política? O sucesso das reformas estará condicionado à habilidade do Presidente Temer em reconstruir a coalização partidária que vinha dando sustentabilidade ao seu governo (antes da denúncia). O Governo terá que negociar concessões e esvaziar ainda mais a proposta de mudanças nas regras das aposentadorias. Lembrando que o governo necessita do aval de dois terços do Congresso, ou seja, obter 308 votos para emenda constitucional.

Será que o Presidente Temer, tão desgastado com denúncias e a PGR promete enviar mais duas, terá fôlego suficiente para conseguir os dois terços necessários no Congresso para aprovar tais reformas?

Vamos aguardar os próximos capítulos dessa novela!

Maristela Moreira - Assessora Jurídica/ Parlamentar do SINDICOMIS/ACTC.